

## DO NEGACIONISMO RELATIVO AO ILUMINISMO TARDIO: SABERES, VERDADES E REIFICAÇÃO DA CIÊNCIA

### From relative negacionismo to late enlightenment: knowledges, truths and reification of science

#### Edilson Márcio Almeida da Silva

Doutor em Antropologia e Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9811-3972>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7571673783269289>

#### José Colaço

Doutor em Antropologia e Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6346-3297>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0373843405860090>

#### Roberto Kant de Lima

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Veiga de Almeida (UVA)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1367-9318>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5653459744288495>

#### Thaiane Moreira de Oliveira

Doutora em Comunicação e Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8588-3548>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4073806576367509>

### Resumo

A pandemia da Covid-19 colocou a ciência em evidência no debate público, seja pela contestação dos seus achados e recomendações, seja por sua defesa incondicional ou, ainda, por sua instrumentalização política, ideológica e moral. À luz de noções como negacionismo relativo e iluminismo tardio, bem como de conteúdos publicados em diferentes veículos de comunicação, este artigo tem por objetivo discutir a(s) hierarquia(s) de saberes construída(s) em torno do pensamento científico, considerando, mais particularmente, os recentes processos de reificação que resultaram, por um lado, da sua negação e, por outro, de sua exaltação exacerbada.

**Palavras-chave:** Covid-19. Ciência. Negacionismo relativo. Iluminismo tardio. Hierarquia de saberes.

### Abstract

The COVID-19 pandemic brought science to the center stage of public debates. It was sometimes justifying and defending its claims, other times doubting and contesting its findings and recommendations or its political, ideological, and moral instrumentalization. This article discusses the scientific mindset and knowledge hierarchy(ies) present in data from different media sources, in light of notions such as relative denialism and the late enlightenment, considering, more particularly, the recent



reification that resulted in strong denial or exacerbated exaltation of scientific arguments.

**Keywords:** *Covid-19. Science. Relative denialism. Late enlightenment. Hierarchy of knowledge.*

## Introdução

A crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 colocou a ciência em destaque no debate público, tanto na grande mídia quanto nas redes sociais digitais. Mas, os interesses que geraram tal evidência não foram consensuais. Longe disso. Ao longo de meses, órgãos de imprensa se mobilizaram na busca de cientistas ou divulgadores científicos (em sua maioria ligados às ciências biológicas e à área de saúde) a fim de tornar públicos os conhecimentos, bem como as orientações e cuidados necessários para lidar com a doença. Todavia, de modo surpreendente e concomitante, uma parcela dissidente dos veículos comunicativos (tanto da imprensa tradicional, como das mídias digitais) optou por se contrapor às informações que eram difundidas sobre o novo coronavírus. Destarte, ao passo em que os pesquisadores se dedicavam a assegurar a confiança na ciência e promover a defesa das instituições científicas, tinham diante de si o desafio de combater outro vírus, tão mortal quanto o SARS-Cov-2: a desinformação.

No Brasil, o contexto de polarização político-ideológica que atravessou o período teve como corolário a construção de uma aliança tácita entre a ciência e determinados veículos da grande da imprensa, uma vez que ambos se encontravam sob ataque de segmentos sociais manifestamente conservadores e de lideranças políticas ligadas ao Governo Federal. A mobilização antagônica de atores sociais dedicados a (re)produzir a sua versão dos fatos levou à coexistência e confronto de processos de produção de verdades que, por caminhos diversos, ensejaram uma inusitada reificação do pensamento científico e seus produtos. Haja vista os excessos cometidos de parte a parte, este artigo tem por objetivo refletir sobre as hierarquias de saberes presentes na referida disputa, considerando, para isso, tanto o posicionamento crítico destinado a agentes e instituições científicas, quanto os esforços de exaltação positiva da ciência num momento em que a mesma era representada, por muitos, como o “grande salvador da humanidade”.



## 1. Tempos de “balbúrdia”

Em meados de 2017, no exercício do pretense papel de vigilante crítico, um periódico do Sul do país trazia em suas páginas uma reportagem listando dez dissertações de mestrado e teses de doutorado “sobre temas pouco usuais, todas apresentadas em universidades públicas” (Castro 2017b). Como fica evidente no título da reportagem “Dez monografias incomuns bancadas com dinheiro público”, o propósito da publicação não era, de modo algum, tecer elogios à criatividade e à inovação das pesquisas científicas desenvolvidas em nossas Instituições de Ensino Superior. Antes, o foco consistia deliberadamente em denunciar que, no contexto de “crise econômica” vivido no Brasil e da consequente escassez de recursos públicos, universidades vinham investindo no desenvolvimento de pesquisas “difíceis de explicar ao contribuinte” (Castro 2017b) que, como ressalta o texto, é quem, afinal de contas, “arca com todas as despesas” (Castro 2017b). Ao discorrer sobre a tendência de “opção por temas pouco ortodoxos” (Castro 2017b) verificada “especialmente nos cursos de ciências humanas e sociais” (Castro 2017b), a matéria assevera que esta seria uma das razões pelas quais “o Brasil nunca recebeu um prêmio Nobel – ao contrário de Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, México, Costa Rica, Peru e Guatemala” (Castro 2017b).

Como é possível notar nas edições seguintes, a reportagem “provocou um debate intenso” (Castro 2017b).<sup>1</sup> Em resposta às críticas que lhe foram dirigidas, cerca de duas semanas depois, outra matéria foi veiculada na mesma sessão do jornal, reafirmando o entendimento de que, em contextos com recursos limitados, “o investimento em tecnologia merece tratamento prioritário” (Castro 2017c) e, portanto, “pesquisas alternativas não cabem no orçamento” (Castro 2017c). De acordo com a publicação, as ciências exatas deveriam ser privilegiadas, uma vez que, ao contrário das humanas, elas correspondem a um investimento que “gera empregos de alta remuneração, fortalece a indústria nacional e aumenta o grau de inovação tecnológica, o que tem um efeito

---

<sup>1</sup> O “debate intenso” pode ser verificado, por exemplo, em uma matéria do *Gazeta do Povo* com a réplica da autora de uma das teses listadas por Castro (2017b) ao que ela identifica como um pensamento “elitista e preconceituoso” (Mizrahi 2017 *apud* Castro 2017b), bem como em Galindo (2017) e R. B. de Oliveira (2017).



multiplicador sobre a economia” (Castro 2017c). Ao longo da reportagem, a este viés utilitário viria se somar uma perspectiva moralista segundo a qual as pesquisas acadêmicas teriam por missão promover virtudes e combater vícios comportamentais. De acordo com Castro (2017c), a universidade deveria “buscar a elevação, não o rebaixamento moral” da sociedade, argumento que, em breve, concorreria para pôr de lado bizantinas disputas entre as Grandes Áreas do conhecimento.

Se, a princípio, o olhar depreciativo incidia sobre as pesquisas desenvolvidas nos cursos de ciências humanas e sociais, matérias menos direcionadas permitiriam que as críticas se estendessem atingindo, indiscriminadamente, as demais áreas do conhecimento. Nesse sentido, cabe apontar que, pouco antes das referidas reportagens, uma outra já alardeava a ocorrência de episódios "bizarros" ou "incompreensíveis" que, nos últimos tempos, teriam "se tornado comuns nos campi universitários do país" (Castro 2017a), o que favoreceu o assentamento da narrativa de que as universidades eram lugar de "balbúrdia", tal qual afirmado, entre outros, pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub (Agostini 2019). Com ampla repercussão nas mídias digitais, tais reportagens propagavam e, concomitantemente, corroboravam a tese de que as universidades públicas estariam deixando de corresponder às expectativas de excelência acadêmica e aperfeiçoamento pessoal. Outrossim, num inequívoco movimento de “englobamento do contrário” (Dumont 1992), a perspectiva moralista assumia crescente importância frente ao enfoque utilitário que, com o tempo, viria a ser praticamente subsumido, tornando-se lateral nas narrativas críticas difundidas sobre o ensino superior e a pesquisa no Brasil.

## 2. O iluminismo tardio

Em gestação há anos, o criticismo acerca da produção do conhecimento em universidades e centros de pesquisa brasileiros teve como importante ponto de inflexão a pandemia da Covid-19. Pelas mais variadas razões, desde a fase inicial da doença, o discurso científico esteve na posição de alvo preferencial dos ataques infligidos por autoridades políticas e personalidades públicas. No entanto, não há como negligenciar que, se os ataques e recorrentes tentativas de descredibilização da ciência ganharam relevo, o mesmo pode ser dito da forma como a classe média esclarecida passou a com



ela se relacionar. Os aludidos ataques fizeram com que determinados setores da sociedade assumissem a sua defesa incondicional, de modo que espaços foram dados ao pensamento científico na mídia tradicional, atrelados a um discurso abertamente crítico ao Governo Federal, sobretudo no que dizia respeito à condução da maior crise sanitária vivida no país. Parte significativa da mídia nacional iniciou campanhas, sem precedentes, a favor da ciência e tudo aquilo que dela pudesse derivar, como a vacina, os materiais de proteção, os protocolos sanitários, as pesquisas, os especialistas, as tabelas, os números, as estatísticas e por aí vai. Uma série de informações foi veiculada em jornais, programas de televisão, *sites* de notícias, acompanhada de falas de cientistas, médicos e epidemiologistas, para abordar o complexo tema de enfrentamento à Covid-19.

A verdade é que, durante a pandemia, não houve um só dia que esta mesma mídia não exibisse a fala de um especialista sobre o quanto a situação vinha sendo mal conduzida no Brasil. Nos expusemos, assim, às elaborações de vários especialistas, como se todos tivessem um conhecimento uniforme sobre o vírus, o que misturou pesquisadores e profissionais da área médica – que privilegiam a perspectiva do tratamento da doença – com aqueles que procuram estudar e conhecer o vírus – especialmente os virologistas –, e ainda aqueles cujas especialidades giram em torno da lida com as epidemias e a saúde pública. A justaposição dessas múltiplas perspectivas produzia certa cacofonia de opiniões, por vezes conflitantes, sobretudo, quando não era possível distinguir de onde elas partiam.

A voraz defesa da ciência, ou do pensamento científico, parecia encenar uma espécie de iluminismo tardio, anacrônico e superficial, em plena segunda década do século XXI. Uma cruzada da racionalidade contra as trevas e o obscurantismo que, nesta edição contemporânea, ganhou, acertadamente, o nome de negacionismo. A despeito da legitimidade da causa, a narrativa do iluminismo tardio pecava por não se comunicar com um considerável estrato da população que, por vários motivos, inclusive educacionais, era secular e sistematicamente excluído do entendimento sobre a eficácia das práticas científicas. Com isso, tal narrativa soava, por vezes, arrogante, parecendo retificar a ciência como a única forma razoável de estar no mundo castigado pela pandemia.

Tornamo-nos pesquisadores em antropologia num período em que a disciplina já



tinha ‘ido para o divã’, em diversas ocasiões, para rever seu passado etnocentrista, racista, colonial, machista, racionalista, hiper ocidentalizado etc. Não que ela não seja isso, ou parte disso, ainda hoje... Todavia, gostaríamos de dirigir o nosso olhar, aqui, para uma atitude que nos parece fundamental ao exercício, não apenas da antropologia, mas da prática científica em geral. Estamos nos referindo ao ceticismo que, ao menos na antropologia praticada no Brasil, ficou charmoso chamarmos de estranhamento. Interessa-nos acentuar a importância dessa atitude para a produção do conhecimento científico, uma vez que sem ceticismo não há experimentação nem especulação.

Mas, seriam a experimentação e a especulação características exclusivas do pensamento científico? A ciência antropológica já chamou a atenção para o fato de que todas as formas de pensamento humano partem de um mesmo princípio que combina, entre outras operações, a experimentação das coisas que habitam o mundo (inclusive, dos seres invisíveis aos olhos humanos, tais como micro-organismos ou espíritos) e a especulação acerca das causas ou efeitos de fenômenos das mais diversas naturezas.<sup>2</sup>

A exemplo de tais operações, há que se mencionar um terceiro elemento que escaparia ao que chamamos de reificação da ciência ou iluminismo tardio: a crença. Para além de uma expressão do pensamento, de um conjunto metódico e bem arranjado de procedimentos e de uma linguagem, pode-se dizer que a ciência é, também, uma crença, o que merece ser lembrado e, ao mesmo tempo, problematizado num momento em que observamos um notável recrudescimento da construção de narrativas a seu respeito, bem como o uso exagerado e irresponsável das redes sociais (com vinculações de informações parciais, superficiais e, claro, as agora conhecidas *Fake News*).

Uma vez assumido que, a exemplo de outras formas de pensamento humano, a ciência articula uma complexa combinação entre experimentação (ou experiência, no caso das ciências sociais em geral), especulação e crença, faz-se necessário ressaltar que o tipo de crença sobre o qual ela se assenta é muito diferente daquele que serve de fundamento, por exemplo, à magia ou à religião. Nesse sentido, um primeiro e importante esclarecimento a ser feito refere-se ao fato de que, por definição, o termo crença é

---

<sup>2</sup> A esse respeito, uma referência obrigatória encontra-se no ensaio ‘*A ciência do concreto*’, de Claude Lévi-Strauss, que integra o livro ‘*O pensamento selvagem*’ de 1989.



polissêmico. Como aponta Pouillon (1982), uma crença tanto pode ser dirigida a alguém ou algo, envolvendo a aceitação de um fato em nível cognitivo, como se referir a uma convicção profundamente interiorizada, o que faz com que o acreditar, colocar confiança ou ter fé esteja mais relacionado à emoção do que à cognição. Em termos esquemáticos, seria possível associar a primeira definição aos fatos científicos ao passo que a segunda diria respeito aos fenômenos mágico-religiosos, cujas crenças conferem aos ritos uma eficácia *sui generis*, denominada por Lévi-Strauss (1991) de “*eficácia simbólica*”.

### 3. Negacionismo relativo: politização e moralização da ciência

No clássico “*Esboço de uma teoria geral da magia*”, Mauss e Hubert (2003) contrastam a crença mágica e a científica, classificando-as, respectivamente, como crenças *a priori* e *a posteriori*. Com base nessa classificação, eles apontam que, ao contrário do que se passa com a crença científica – que tem por fundamento um conhecimento positivo e experimental –, a fé na magia precede e, portanto, prescinde da experiência. Tamanha a sua autoridade que, em princípio, nem mesmo evidências contrárias seriam capazes de abalar a crença dos fiéis. Subtraída a todo controle, mesmo os fatos desfavoráveis à magia se voltariam a seu favor, “pois sempre se pensa que são efeito de uma contra-magia, de faltas rituais e, em geral, de que as condições necessárias das práticas não foram realizadas” (Mauss e Hubert 2003, 127).

Ao caracterizarem a estrutura da magia, os sociólogos a dividem em três elementos básicos: o mágico (que é responsável por efetuar os atos mágicos), as representações mágicas (ou as ideias e as crenças que correspondem aos atos mágicos) e os ritos mágicos (atos em relação aos quais são definidos os demais elementos da magia). Segundo eles, tais elementos seriam inseparáveis uns dos outros, de modo que, no caso, a crença não incidiria sobre uma ou outra parte do todo, mas sobre o conjunto ou sobre o princípio da magia que, assim como a religião, constitui um bloco em relação ao qual só há duas posturas possíveis: ou nele se crê integralmente ou não se crê de modo algum. Numa palavra, isso significa que a crença na magia não é passível de compartimentalização. Ela incide igualmente sobre todos os elementos do conjunto, fazendo com que os mesmos mantenham entre si uma relação de interdependência



absoluta e necessária. Daí a caracterização da magia como um sistema de crenças.

Por razões de ordem diversa, o mesmo raciocínio não se aplica à ciência, haja vista que esta, diferentemente daquela, não dispõe de um conjunto de crenças integrado. Ilustração prosaica do que ora se afirma reside no caso hipotético, mas altamente verossímil, do sujeito que se declara descrente em relação ao conhecimento científico e à eficácia dos seus produtos, mas não hesita em tomar uma Aspirina ao primeiro sinal de dor de cabeça. Como denota o exemplo, a identificação com a ciência, assim como a crença nela depositada, não se encontram necessariamente situadas na ordem do consciente, razão pela qual também não são necessariamente reconhecidas como tais.

Hoje em dia, muitos de nós acreditamos na ciência e na tecnologia devido ao fato de que, naquilo que os sociólogos chamam (ou chamavam) de modernidade, parte considerável da sociedade sucumbiu aos chamados Sistemas Peritos, como tentou definir, há tempos, Anthony Giddens (1991). Simplificadamente, esse tipo de relação com a ciência e com a técnica pode ser ilustrado a partir do exemplo do avião: não precisamos conhecer como um aeroplano funciona, não precisamos entender de engenharia aeronáutica, não precisamos saber pilotar um avião, não precisamos conhecer em detalhes as condições atmosféricas durante um voo para sabermos que este é o meio de transporte mais seguro que a humanidade já produziu, razão pela qual não aceitar esta condição e ter medo de avião é considerado, geralmente, algo infantil ou irracional.

Por constituir um objeto, mas não um sistema de crenças, a ciência pode se prestar a apropriações parciais, fragmentárias, aleatórias e, por vezes, discrepantes entre si. Diferentemente do que se passa com a magia, na qual, conforme mencionado, a crença incide imperiosamente sobre o todo (isto é, sobre os usuários, agentes, ideias e atos mágicos), no caso da ciência não existe a imposição desse tipo de exigência. Por consequência, aqueles que acreditam na ciência não precisam depositar a sua crença em todos os elementos que a constituem, podendo, ao invés disso, dirigi-la convenientemente a apenas um(ns) ou outro(s) elemento(s) em detrimento dos demais. Em termos pragmáticos, isso quer dizer que o sujeito pode crer na ciência e, ao mesmo tempo, ter uma convicção notadamente diversa disso, o que nos conduz a uma das mais inusitadas





facetas das críticas remetidas ao conhecimento científico: o negacionismo relativo,<sup>3</sup> atitude assim denominada porque, ao contrário da versão que rejeita em absoluto a ciência e seus produtos, esta mantém uma relação de ambiguidade com o pensamento científico.

Embora tais críticas costumem partir de segmentos de direita classificados como neoconservadores, curiosamente, o seu conteúdo encontra consonância com o sentido pejorativo atribuído por Marx e Engels (2007) à categoria ideologia, então classificada como uma falsa consciência, como um sistema de ideias distorcidas e enganadoras, baseadas em ilusões, o oposto da verdade contida nas teorias científicas. No caso daqueles que questionavam o posicionamento adotado pela comunidade científica no tratamento da Covid-19, a acusação era a de que a maior parte dos pesquisadores e profissionais de saúde estaria contaminada por uma falsa consciência, razão pela qual caberia aos demais cientistas, então erigidos à condição de agentes contra-hegemônicos, tratar com a devida isenção o que se passava e, por conseguinte, conduzir de forma mais adequada a crise epidemiológica. Na prática, isso implicava reconhecer que, devido à sua politização, a ciência teria se dividido, o que não deixaria de surtir implicações no que tange às representações do conhecimento científico.

As afirmações acerca da divisão no interior da ciência foram construídas tanto por meio de narrativas quanto de práticas. Se, por um lado, um considerável número de pesquisadores e/ou profissionais da saúde se revezava em concessões de entrevistas na mídia, a fim de difundir informações atualizadas sobre o novo coronavírus, promover ações de combate à doença e esclarecer a população acerca da conjuntura epidemiológica, por outro, um segundo grupo (bem menor, é verdade!), utilizando-se de canais concorrentes, também se posicionava sobre tais questões, mas num movimento de contestação às informações apresentadas pelos colegas de ofício. Ainda que tal divisão tenha produzido pouquíssimos efeitos no interior da comunidade científica, o mesmo não pode ser dito dos impactos trazidos ao entorno social, dentre os quais pode-se citar a

---

<sup>3</sup> Silva, Edilson Márcio Almeida da. 2022. “Negacionismo relativo: ciência, moral e reencantamento do mundo”. Em *Ciência em conflitos: negacionismo, desinformação e crise democrática*, organizado por Thaianne Moreira de Oliveira, Reynaldo Aragon Gonçalves, e Roberto Kant de Lima. Rio de Janeiro: Autografia.



desinformação, a acentuação de incertezas e a não-adesão de uma parcela da população aos protocolos de prevenção. Afinal, diante do propalado dissenso, o cidadão poderia ser perguntar no quê e/ou em quem acreditar? Na ciência tal qual praticada por quem?

Durante a pandemia, ao lado do negacionismo, vimos a ciência ser descaradamente instrumentalizada por aqueles que a contestavam. Nas mídias sociais e plataformas digitais, por exemplo, assistimos ‘doutores sem titulação acadêmico-científica’ fantasiados de jaleco e estetoscópio para falar sobre a Covid-19 e tratamentos alternativos. Diplomas falsos nas paredes, ambiente de consultório e prateleiras repletas de livros (muitos dos quais cenográficos) tornaram-se recursos largamente empregados para conferir legitimidade a quem se pronunciava em nome da ciência. Mas, os símbolos exteriores de pertencimento ao mundo científico não foram os únicos a ser apropriados. Inúmeros artigos circularam nas mídias sociais, sendo apenas parte deles apresentada por cientistas e divulgadores de ciência (cuja autoridade epistêmica está vinculada à sua atuação acadêmico-profissional), ao passo que a grande maioria advinha de leigos, no caso, usuários convencionais das mídias sociais sem nenhuma habilitação pertinente.

Nem sempre as evidências dos artigos científicos iam ao encontro das legendas compartilhadas na sua apresentação. Não raro, os conteúdos eram manipulados para caber no argumento dos expositores, de modo a, então, gerar os efeitos desejados. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a hidroxicloroquina. Um sem-número de artigos sobre o tema foi compartilhado nas mídias sociais, sobretudo *preprints* ainda não publicados em revistas científicas e, portanto, não validados pelos pares (T. M. de Oliveira et al. 2021; van Schalkwyk e Dudek 2022). Textos desautorizando o uso da cloroquina eram amplamente contestados com base no argumento de que cientistas de alguma universidade de prestígio haviam comprovado a eficácia da droga. Sobretudo na fase inicial da pandemia, verificou-se uma notável proliferação de *fake sciences* (T. M. de Oliveira, Quinan, e Toth 2020), com apropriações de discursos, signos e produtos científicos para a propagação de informações que iam contra as próprias pesquisas e práticas científicas.

Ainda que fossem bastante frequentes nesses ambientes, os usos e apropriações de signos científicos não ficaram restritos às mídias sociais. Desde 2019, diversos foram



os convidados a assumir cargos em ministérios e secretarias de governo a despeito de suas competências técnico-científicas. Embora cientes do caráter relacional da *expertise* e de que esta não se encontra necessariamente atrelada à posse de conhecimentos especializados para o exercício de cargos de gestão pública (Mattedi 2017), não há como deixar de lembrar os casos de pessoas que forjaram habilitações técnico-científicas em seus currículos e, logo depois, viram-se publicamente desmentidas. Exemplares nesse sentido foram os diplomas de mestrado e doutorado apresentados por membros da equipe do governo Bolsonaro que não dispunham do reconhecimento das respectivas instituições acadêmicas. A propósito, apesar de ser usualmente chamado de negacionista, deve-se mencionar que o presidente nunca hesitou em convocar especialistas com titulação reconhecida para validar seus posicionamentos pró-cloroquina, desde que, evidentemente, os *experts* estivessem alinhados com o projeto político do seu governo.

Como se vê, a pandemia não nos apresentou apenas um negacionismo estrito, que mobiliza a negação ou rejeição de evidências científicas, mas também um relativo, que subverte valores de reconhecimento e autoridade do campo científico para eleger novas formas de autoridade epistêmica que caibam nos valores ideológicos e políticos dos seus paladinos.

#### 4. Ciência dividida ou self-service de verdades?

Ao longo da pandemia, dúvidas quanto a em quem e/ou quem acreditar foram sobejamente alimentadas por especialistas, sobretudo, no que dizia respeito ao modo mais indicado de tratamento da Covid-19. É o que deixa ver, entre outros, o posicionamento apresentado por um profissional da área médica durante a realização de uma entrevista para a Record TV, na qual o mesmo procurava relativizar as críticas à eficácia do uso da cloroquina no combate ao SARS-CoV-2. Na ocasião, suas palavras foram as seguintes:

Se a gente pegar a literatura – e isso é clássico na medicina [...] – [e] quiser provar que a cloroquina não serve, prova. Se a gente pegar a literatura e quiser provar que ela é excelente, a gente prova também, entendeu? Tem artigos pra um lado e pro outro (Lopes 2020).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Declaração do clínico geral e cardiologista Antônio Carlos Lopes, apresentado na reportagem como “um dos principais professores de medicina do país”.



Como bem sabemos, longe de constituírem algo extraordinário, as controvérsias são próprias da ciência, mostrando-se, inclusive, fundamentais para o seu aprimoramento como sistema de conhecimentos. Veja-se, a esse respeito, o embate disciplinar das teorias corpuscular e ondulatória, ambas utilizadas para explicar o fenômeno luminoso. Tal qual acontece com os demais campos de poder, também o científico dispõe de um caráter relacional que se evidencia nas diferentes disputas travadas em seu interior (Bourdieu 1983). Todavia, os termos dos debates que atravessaram a pandemia eram notadamente distintos dos presentes nas referidas disputas, o que ensejou a interpretação de que estaríamos diante de um *self-service* de verdades no qual podíamos nos servir livremente daquelas que nos pareciam mais atraentes ou confiáveis.

A princípio, os termos do debate eram os mesmos das usuais disputas do campo científico, de modo que cada agente envolvido procurava lançar mão dos trunfos diferenciais que, de acordo com sua respectiva posição no interior do campo, era capaz de acionar. Nesse sentido, era notória a importância conferida aos títulos acadêmico-científicos, posições e pertencimentos institucionais, enfim, à “lista de qualificações que representa o que se pode chamar a credibilidade do pesquisador” (Latour e Woolgar 1997). Juntamente com tais qualificações, outro trunfo bastante valorizado dizia respeito à capacidade de persuasão dos agentes em relação à validade dos seus posicionamentos, isto é, à mobilização de estratégias discursivas capazes de aumentar o seu poder de convencimento em relação aos demais.

Exemplo do que ora se afirma reside no caso do toxicologista e professor de uma prestigiosa universidade brasileira, com 50 anos de atuação na área de medicina,<sup>5</sup> que se tornou relativamente popular no período ao defender a utilização de medicamentos como hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina para o tratamento precoce da Covid-19.<sup>6</sup> O esculápio se notabilizou, também, por questionar a tese, amplamente difundida na fase inicial da pandemia, de subnotificação do número de casos e mortes associados à doença.

---

<sup>5</sup> Referimo-nos, no caso, ao pediatra, toxicologista e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Anthony Wong, ironicamente morto em 15 de janeiro de 2021, aos 73 anos, após sofrer uma parada cardiorrespiratória decorrente da Covid-19.

<sup>6</sup> Durante o tempo que ficou internado no Hospital Sancta Maggiore, da rede Prevent Senior, Wong teria sido submetido, com a sua anuência, ao tratamento com o “kit covid” (hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina). Para detalhes, cf. (Costa 2021).



Segundo ele, os números de mortes por pneumonia, apontados como muito semelhantes em 2018 e 2019, teriam diminuído drasticamente em 2020, o que o levava à conclusão de que, ao invés de subnotificação, o que havia era “uma supernotificação do Covid[-19]” (Wong 2020b). Dentre as suas polêmicas declarações, destaca-se a de que o *lockdown* total seria uma “*medida medieval*” (Wong 2020b) de combate à doença, uma vez que, com as pessoas dentro de casa, não haveria transmissão do vírus e, conseqüentemente, o desenvolvimento de anticorpos em massa (Wong 2020c). De acordo com as suas estimativas, com o *lockdown* o Brasil teria um aumento do número de mortes da ordem de 30% ou mais. Daí a sua posição contrária às medidas de isolamento social mais amplo<sup>7</sup>.

No mês de outubro de 2020, durante entrevista concedida a um programa de TV aberta, Anthony Wong (2020a) apresentou um gráfico que serviria de fundamentação empírica para os seus questionamentos às medidas de proteção sanitária em vigor. Segundo ele, o gráfico possibilitaria a decodificação da sazonalidade do novo coronavírus, algo que nos soou, digamos, inusitado, uma vez que o SARS-CoV-2 tinha começado a ser estudado pela comunidade científica há aproximadamente seis meses. O médico assevera categoricamente que o índice de casos e mortes no país tinha relação direta com as estações do ano e que, no mês de novembro, haveria uma queda vertiginosa dos números, o que aconteceria por causas de ordem estritamente natural, a despeito, portanto, das medidas de proteção sanitária. Um aspecto interessante deste episódio (e que não se pode negligenciar aqui) é que tais conclusões foram obtidas com base em um estudo que, de acordo com o próprio toxicologista, teria sido produzido cerca de “30, 40 anos atrás” (Wong 2020a) por um pesquisador estrangeiro com o objetivo de demonstrar a sazonalidade não do SARS-CoV-2, mas do Influenza (H1N1) e, ainda assim, em países do hemisfério norte, cujas condições climáticas são bastante diversas da brasileira.

Apesar da convicção expressa na apresentação dos dados, fato é que a previsão de queda acentuada dos índices de casos e mortes por Covid-19 não se confirmou. Pelo contrário, o mês de novembro assinalou uma tendência de alta nos diagnósticos, o que

---

<sup>7</sup> Wong defendia o “isolamento vertical”, que seria aplicável exclusivamente às pessoas dos chamados “grupos de risco” (idosos, imunocomprometidos, obesos, diabéticos e portadores de doenças pulmonares, cardiovasculares, hepáticas ou renais crônicas).



ainda viria a perdurar durante algum tempo. Mas, isso parece não ter alterado em nada a vida do toxicologista, que continuou a ser convidado para participar de programas de TV e conceder entrevistas em diversos veículos de comunicação. E qual seria a razão disso? Ao que tudo indica, houve um entendimento entre os seus seguidores de que a queda no número de casos e mortes não se concretizou porque, conforme o esquema explicativo proposto, determinadas condições necessárias não teriam sido observadas.

No caso, a sazonalidade do vírus e a tendência natural de queda dos índices de Covid-19 teriam sido comprometidas pela adesão popular às medidas de isolamento social, o que, por um lado, eximia o toxicologista do erro de prognóstico e, por outro, repassava a responsabilidade pela proliferação da doença aos defensores de tais medidas e às parcelas da população que a elas recorrem. Devido à adesão de determinados segmentos a essa linha de raciocínio, a credibilidade do agente manteve-se inabalável, verificando-se o mesmo em relação às suas ideias e às práticas a ele associadas, numa demonstração inequívoca da interligação entre tais elementos enquanto partes de um mesmo conjunto integrado, coerente e dotado de lógica própria. Qualquer semelhança com crenças mágico-religiosas, decerto, não terá sido mera coincidência.

## 5. Do argumento de autoridade à autoridade do argumento

Como nota Bourdieu (2004), segundo a lei que pretende que não se prega senão a convertidos, um agente só pode exercer influência sobre o seu público-alvo na medida em que este lhe atribui tal poder por estar estruturalmente afinado com ele em sua visão do mundo social. Parece ter sido justamente o caso em tela. Devido aos capitais simbólicos advindos de suas qualificações profissionais e, não menos importante, da comunhão do seu alinhamento político, ideológico e moral com o de uma parcela da população brasileira, o toxicologista se viu investido da condição de emissor de argumentos de autoridade, de portador de um “discurso autorizado sobre o real” (Bourdieu 1998) cuja principal especificidade reside “no fato de que não basta que ele seja compreendido (...), é preciso que ele seja reconhecido” (Bourdieu 1998, 91). A eficácia simbólica de tal discurso é suscitada na medida em que o público-alvo reconhece quem o exerce como alguém que pode exercê-lo de direito, sendo esse tipo de



reconhecimento o que garante a sua ampla aceitação e, ao mesmo tempo, lhe confere legitimidade.

Diferentemente do que se passa nas relações concorrenciais próprias do campo científico, onde vigora a lógica do confronto de argumentos dotados de autoridade pelos pares, aqui vigem as regras que sustentam as crenças nos argumentos de autoridade, isto é, vinculados ao *status* daquele que emite a opinião vencedora. Assim, o principal capital mobilizado em tais disputas deriva dos múltiplos alinhamentos dos agentes envolvidos que conferem autoridade ao emissor das opiniões, graças às concordâncias de moralidade entre as partes.

Nesse aspecto, convém chamar a atenção também para alguns usos correntes e indevidos do rótulo científico que autorizam uma confusão entre o que é ou não é científico em um campo de exercício do poder na sociedade brasileira. É o caso, por exemplo, do direito brasileiro, que se intitula uma ciência. Ora, o saber jurídico nacional é dito de caráter doutrinário, dogmático, isto é, normativo e abstrato, muito se assemelhando a uma filosofia preñe de diferentes moralidades. Essas se opõem seguindo a lógica do contraditório, um debate infinito de teses obrigatoriamente divergentes, somente interrompido por uma autoridade externa às partes que declara uma vencedora e a outra, perdedora.

Esse saber doutrinário, portanto, funda sua legitimidade no argumento de autoridade e não se preocupa com as formas de sua execução, a não ser para eventualmente puni-las por não estarem conformes ao vir a ser estimado para elas. Assim, constantemente transforma padrões de práticas institucionais rotineiras que se dão em desconformidade com suas prescrições em erros ou ações mal-intencionadas de agentes particulares (Kant de Lima 2013). O nosso direito, assim, embora não produza um conhecimento científico sobre as práticas que orientam sua aplicação e seus efeitos na sociedade, insiste em intitular-se de científico, apropriando-se, talvez, do prestígio desfrutado em outros tempos pelo pensamento científico. Mas suas doutrinas – muitas vezes impropriamente denominadas pelos juristas de teorias – são apenas instrumentos de justificativas destinadas à imposição das moralidades ocasionalmente vencedoras das



*disputationes* medievais empreendidas por seus juristas, representadas como instrumentos adequados ao exercício legítimo de poder.

Para esse efeito, a justificativa e a legitimidade deveriam ser políticas e não científicas. Porém, ao invés disso, escolhe o rótulo de científico para ocultar sua função arbitrária, convencional e essencialmente normativa (Kant de Lima 2021; T. M. de Oliveira, Kant de Lima, e Gonçalves 2022). Está constituído, assim, nas camadas superiores de nossa sociedade, um terreno fértil no campo do poder para a naturalização da precedência do argumento de autoridade sobre a autoridade do argumento, das crenças pseudocientíficas sobre os resultados das práticas científicas, tudo em nome da ciência.

Em sua conhecida etnografia num laboratório de neuroendocrinologia do Instituto Salk, na Califórnia, o antropólogo Bruno Latour teve como interlocutores membros de uma “tribo” que insistiam no fato de que, em hipótese alguma, as suas atividades poderiam ser assimiladas a crenças. Diziam eles que o seu interesse estava voltado exclusivamente para os “fatos em estado bruto” (Latour & Woolgar 1997:68). É legítimo que, em se tratando de autorrepresentações, os membros do laboratório tenham se posicionado desse modo. No entanto, como mostra a etnografia, a transformação de enunciados em fatos científicos envolve todo um processo de validação que passa pelo convencimento dos demais cientistas, inclusive, dos concorrentes. É fundamental fazê-los acreditar, ter fé, aceitar que estão diante de uma verdade tornada crível por razões de ordem estritamente cognitiva, relacionadas, antes de tudo, à autoridade dos seus argumentos.

Segundo nos parece, reside aí um dos principais aspectos distintivos dos processos de produção e legitimação de verdades científicas em relação àqueles que tão-somente se anunciam como tais. Fazer ciência implica a realização de estudos sistemáticos de fenômenos empíricos, o que exige a adoção de critérios e métodos reconhecidos como legítimos, que condicionam a validade da experimentação (ou experiência), observação e verificação por pares. Longe do que sugerem os dogmatismos coletivos e seus apelos a posições valorativas, a verdade científica em nada se assemelha a uma revelação, nem muito menos se trata de algo que pode ser baixado por decreto. Como nota Geertz (2001, 145), esta seria a mais importante tese defendida por Kuhn no clássico “Estrutura das





revoluções científicas”: “a mudança científica não consiste numa aproximação resoluta de uma verdade que está à espera de ser descoberta, mas nas calmarias e tormentas das comunidades disciplinares”.

## Conclusão

Iluminismo, Ilustração, Luzes, Esclarecimento. Diversos foram os termos empregados para dar nome ao movimento intelectual e filosófico que, ao longo do século XVIII, dominou o mundo das ideias na Europa, especialmente, na Inglaterra, França, Alemanha e Itália. Em brevíssimo texto, de 1783, o filósofo Immanuel Kant manifestou sua predileção pelo último deles, asseverando que, no seu entendimento, mais do que um movimento ou corrente filosófica, o Esclarecimento correspondia ao processo por meio do qual o homem racional alcançaria a maioridade, isto é, a libertação do poder tutelar alheio. Nesse sentido, afirmava que, caso se visse confrontado com a pergunta: “vivemos agora em uma época esclarecida [aufgeklärten]”? (Kant 1985, 112) sua resposta seria: “não, vivemos em uma época de esclarecimento [“Aufklärung”]” (Kant 1985, 112). Naquele contexto, a compreensão do Esclarecimento como um processo inconcluso caminhava lado a lado com a identificação da razão como fonte de progresso material, intelectual e moral, identificação essa que teria levado Kant e muitos dos seus contemporâneos a exaltar a ciência, bem como depositar esperança na técnica como instrumento capaz de dominar a natureza.

Como mostra a história, as expectativas em torno da modernidade ilustrada nem sempre foram propriamente correspondidas. Se, por um lado, há tempos a ideia de *progresso* tem se prestado a controvérsias e problematizações, como por exemplo em Lévi-Strauss (1993), por outro, a razão humana já deu múltiplas provas da sua incapacidade de tudo resolver. Não obstante, isso não destituiu a ciência do seu lugar de prestígio, nem muito menos fez cessar a sua influência no campo dos conhecimentos. Ainda hoje, a despeito de eventuais vicissitudes, o seu raio de ação continua imenso. Dada essa condição privilegiada, nos acostumamos a ver cientistas julgando, classificando e, muitas vezes, subvalorizando outras formas de saber, de sorte que soa, no mínimo, estranho testemunhar o tratamento depreciativo que, nos últimos tempos, lhes tem sido



dirigido por uma parcela da população. Num cenário em que esforços de deslegitimação da ciência (negacionismo no sentido estrito) convivem com um movimento contra-hegemônico de detração dos seus agentes e agências (negacionismo relativo), nos parece oportuno e, por que não dizer, necessário refletir criticamente sobre como tais agentes costumam dialogar entre si e com o entorno social.

Ao longo da nossa discussão, enfocamos tanto os ataques sofridos pelo pensamento científico, quanto a sacralização engendrada por aqueles que, sobretudo no período inicial da pandemia, costumavam representá-lo como o grande salvador da humanidade. Com isso, procuramos chamar a atenção para um duplo processo de reificação que tinha, num dos extremos, a desqualificação da ciência ou seu rebaixamento à condição de objeto sem valor (a não ser quando praticada por agentes e instituições com os quais os detratores se afinavam em termos políticos, ideológicos e/ou morais); ao passo que, no outro, estava a exaltação da ciência como último bastião a que os sujeitos deveriam se apegar num contexto de crise, como o imposto pela Covid-19 (iluminismo tardio).

Há que se reconhecer que, em relação ao combate ao novo coronavírus, bem como para lidar com outras tantas adversidades do cotidiano, a humanidade ainda não concebeu opções melhores. Nos preocupa, no entanto, a brecha que, por conta desse tipo de crise humanitária, venha a ser aberta, intensificando algo que já existe e para o qual a ciência foi muitas vezes utilizada sem parcimônia: sua capacidade de produzir hierarquias entre as áreas do conhecimento, mesmo em se tratando daquelas consideradas científicas, como se propugna nos contrastes que desigualam em status as ‘ciências do espírito’ e as ‘ciências da natureza’ e cujo reflexo mais evidente reside na definição do que é útil ou não a ser pesquisado.

Embora, contemporaneamente, os discursos em defesa da interdisciplinaridade tenham se tornado correntes no universo acadêmico-científico, não é preciso ir muito longe para nos vermos confrontados com as distinções (e, conseqüentemente, as hierarquizações) estabelecidas entre as chamadas *hard sciences* e aquelas que, em contrapartida, recebem a alcunha de *soft sciences*, distinções essas cujo fundamento reside no apelo a princípios deontológicos próprios das ciências naturais, tais como:



objetividade, replicabilidade, compromisso com a evidência empírica, capacidade de realização de experimentos controlados, de produção de previsões, inferências e generalizações dos fenômenos estudados (induições) etc.

Evidentemente, a hierarquização dos conhecimentos não está restrita ao interior da ciência. A bem da verdade, pode-se dizer que ela se manifesta de modo ainda mais acentuado nas relações estabelecidas entre a ciência e outras formas de pensamento consideradas ‘não científicas’, ‘não acadêmicas’ ou ‘não formais’. Referimo-nos, aqui, ao que acontece ‘fora’ dos muros dos laboratórios ou institutos de pesquisa, o que, como a antropologia tem tentado mostrar, atualiza uma classificação que é de ordem tanto social quanto política, haja vista, por exemplo, quem são os detentores do conhecimento científico e quem são os detentores dos conhecimentos naturalísticos ou tradicionais.

Nas etnografias que realizamos sobre conhecimentos naturalísticos – ou seja, sobre os conhecimentos que grupos sociais que estabelecem uma relação direta, biográfica e umbilical com o meio ambiente natural possuem sobre diversos aspectos que o compõem –, pode-se notar que estes conhecimentos quase nunca adquirem status de conhecimento com ‘C’ maiúsculo para pesquisadores e/ou agentes de políticas públicas das áreas de oceanografia, biologia marinha, geologia, agronomia, etc., o que, por consequência, implica obstaculizar seu reconhecimento oficial, por parte do Estado, ou mesmo sua incorporação na implementação de políticas de conservação ambiental, planos de manejo de áreas protegidas, etc. (Kant de Lima e Pereira 1997; Colaço 2020; Colaço e Kant de Lima 2022).

No caso de sociedades desiguais como a brasileira, conforme deixam ver as nossas pesquisas e etnografias sobre as políticas de reconhecimento de povos ou comunidades tradicionais (grupos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, por exemplo) – que, no caso, são detentores dos tais conhecimentos ‘não científicos’ –, a tendência tem ido além do aprofundamento das desigualdades não só no que diz respeito ao *status* dos conhecimentos naturalísticos que eles detêm, mas também à sua exclusão ao acesso a direitos sociais básicos, dentre outras violências e silenciamentos.

Diante deste quadro, o que nós, cientistas ou não, precisamos evitar a todo custo é atualizar a falsa ideia, tanto positivista como iluminista, de que há algo como uma



‘evolução do pensamento humano’, que parte de uma fase mais simples e tosca rumo a uma fase mais elaborada e sofisticada, pressupondo-se, com isso, que as outras formas de pensamento serão dirimidas, assimiladas ou, simplesmente, desaparecerão, como se chegou a afirmar em séculos passados acerca do suposto duelo entre Ciência e Religião.

À guisa de conclusão, gostaríamos de esclarecer que, a despeito destas elaborações, estranhamentos e críticas não há dúvida de que é crucial defendermos a ciência contra qualquer tipo de ataque que tente difamá-la, caluniá-la ou desacreditá-la em prol de um projeto de ‘produção de mundo’ que tem como base a aniquilação da diferença, das controvérsias e da vida. Não devemos esquecer que praticar ciência também é um ato político do qual, nós cientistas, não podemos nos esquivar. A ciência não é neutra nunca e nem é objetiva sempre. Nós, cientistas, não devemos ter medo de assumir características tão caras ao nosso ofício. Na verdade, cada vez que assumimos isso, estamos dando passos importantes para o reconhecimento da pluralidade do pensamento humano expresso na diversidade de modos de vida ou de se ‘estar no mundo’.

### Referências Bibliográficas

- Agostini, Renata. 2019. “MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA”. Estadão. 30 de abril de 2019.  
<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>.
- Bourdieu, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- . 1998. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP.
- . 2004. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk.
- Castro, Gabriel de Arruda. 2017a. “Seis eventos constrangedores de universidades públicas”. Gazeta do Povo. 9 de junho de 2017.  
<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/seis-cenas-peculiares-que-aconteceram-em-universidades-publicas-brasileiras-br4csifdijnqafjhjeaculdmjt/>.



- . 2017b. “Dez monografias sobre temas incomuns”. *Gazeta do Povo*. 13 de junho de 2017. <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/dez-monografias-incomuns-bancadas-com-dinheiro-publico-a8q52qvze7py9r8qavfieakyl/>.
- . 2017c. “País deve repensar estrutura de financiamento de pesquisa”. *Gazeta do Povo*. 29 de junho de 2017. <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/desculpe-mr-catra-o-pais-deveria-repensar-o-financiamento-de-pesquisas-pouco-relevantes-aljidjfm4m6an7b5uyq51mspu/>.
- Colaço, José. 2020. “‘O Peixe Sempre Vence’: lições sobre meio ambiente do ponto de vista de pescadores artesanais”. *Tekoporá Revista Latinoamericana de humanidades ambientales y estudios territoriales* 2 (2). <https://doi.org/10.36225/tekopora.v2i2.93>.
- Colaço, José, e Roberto Kant de Lima. 2022. “Pandemia, crise política e crise do conhecimento?” Em *Fazendo (a) sociedade: contribuições das ciências sociais em tempos inquietantes*. Rio de Janeiro: Autografia.
- Costa, Ana Clara. 2021. “A morte em segredo”. *revista piauí*. 21 de setembro de 2021. <https://piaui.folha.uol.com.br/morte-em-segredo/>.
- Dumont, Louis. 1992. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP.
- Galindo, Rogerio. 2017. “A universidade não é torre de marfim nem é o Senac. Que se estudem as favelas e Mr. Catra”. *Gazeta do Povo*. 30 de junho de 2017. <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/universidade-ciencias-sociais-catra/>.
- Geertz, Clifford. 2001. “O legado de Thomas Khun: o texto certo na hora certa”. Em *Nova luz sobre a antropologia*, 143–48. Rio de Janeiro: Zahar.
- Giddens, Anthony. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Kant de Lima, Roberto. 2013. “Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal”. *Dilemas* 6 (4): 549–80. <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7436>.



- . 2021. “Republicação: Direitos civis, estado de direito e ‘cultura policial’”. *Revista Campo Minado - Estudos Acadêmicos em Segurança Pública* 1: 95–113. <https://periodicos.uff.br/campominado/article/view/48618>.
- Kant de Lima, Roberto, e Luciana Pereira. 1997. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF.
- Kant, Immanuel. 1985. *Resposta à questão: o que é esclarecimento? (aufklärung)*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Latour, Bruno, e Steve Woolgar. 1997. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Lévi-Strauss, Claude. 1989. “A ciência do concreto”. Em *O pensamento selvagem*, organizado por Claude Lévi-Strauss, 15–49. Campinas: Papirus.
- . 1991. “A eficácia simbólica”. Em *Antropologia estrutural*, organizado por Claude Lévi-Strauss, 215–36. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- . 1993. “Raça e história”. Em *Antropologia Estrutural II*, organizado por Claude Lévi-Strauss, 328–66. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Lopes, Antônio Carlos. 2020. “Existe super notificação de casos? Famílias reclamam que parentes não morreram pela doença”. R7. 28 de maio de 2020. <https://recordtv.r7.com/videos/assista-a-integra-do-coronavirus-plantao-28052020-29052020>.
- Marx, Karl, e Friedrich Engels. 2007. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Traduzido por Rubens Enderle, Nélcio Schneider, e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo.
- Mattedi, Marcos. 2017. “Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais”. *Tempo soc.* 29 (3): 261–85. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.111685>.
- Mauss, Marcel, e Henri Hubert. 2003. “Esboço de uma teoria geral da magia”. Em *Sociologia e antropologia*, organizado por Marcel Mauss, 47–181. São Paulo: Cosac & Naify.



- Oliveira, Rafael Barros de. 2017. “Financiamento a pesquisa universitária gera controvérsia”. *Gazeta do Povo*. 7 de julho de 2017.  
<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-relevancia-na-torre-de-marfim-uma-resposta-a-gabriel-de-arruda-castro-e-a-rogerio-waldrigues-galindo-84s03ncs40yhqd6dzh03nq0gy/?ref=link-interno-materia>.
- Oliveira, Thaianne Moreira de, Roberto Kant de Lima, e Reynaldo Aragon Gonçalves. 2022. *Ciência em conflitos: negacionismo, desinformação e crise democrática*. Rio de Janeiro: Autografia.
- Oliveira, Thaianne Moreira de, Rodrigo Quinan, e Janderson Pereira Toth. 2020. “Antivacina, fosfoetanolamina e Mineral Miracle Solution (MMS): mapeamento de fake sciences ligadas à saúde no Facebook”. *Revista electronica de comunicacao, informacao & inovacao em saude: RECIIS* 14 (1): 90–111.  
<https://doi.org/10.29397/reciis.v14i1.1988>.
- Oliveira, Thaianne Moreira de, Ronaldo Ferreira Araujo, Roberta Cardoso Cerqueira, e Patricia Pedri. 2021. “Politização de controvérsias científicas pela mídia brasileira em tempos de pandemia: a circulação de preprints sobre Covid-19 e seus reflexos”. *Revista Brasileira de História da Mídia* 10 (1): 30–52.  
<https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.101202111810>.
- Pouillon, Jean. 1982. “Remarks on the verb c’to believe”. Em *Between belief and transgression: structuralist essays in religion, history, and myth*, organizado por Jean Pouillon, 1–8. Chicago, IL, USA: University of Chicago Press.
- Schalkwyk, François van, e Jonathan Dudek. 2022. “Reporting Preprints in the Media during the COVID-19 Pandemic”. *Public Understanding of Science (Bristol, England)* 31 (5): 608–16. <https://doi.org/10.1177/09636625221077392>.
- Silva, Edilson Márcio Almeida da. 2022. “Negacionismo relativo: ciência, moral e reencantamento do mundo”. Em *Ciência em conflitos: negacionismo, desinformação e crise democrática*, organizado por Thaianne Moreira de Oliveira, Reynaldo Aragon Gonçalves, e Roberto Kant de Lima. Rio de Janeiro: Autografia.



Wong, Anthony. 2020 Entrevista de Luís Ernesto Lacombe.

<https://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/OpiniaNoAr/videos/opinia-no-ar/opinia-no-ar-14-10-2020-%7C-completo>.

———. 2020b. “A contagem dos mortos e infectados é super notificada?” R7. 28 de maio de 2020. <https://recordtv.r7.com/videos/assista-a-integra-do-coronavirus-plantao-28052020->.

———. 2020c. “Não posso aplicar antes de resultados robustos”. Jovem Pan. 2 de novembro de 2020. <https://jovempan.com.br/programas/direto-ao-ponto/dr-wong-critica-prensa-para-vacina-contracovid-19-nao-posso-aplicar-antes-de-resultados-robustos.html>.

